



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 11ª REGIÃO MILITAR
(Cmdo Mil Bsb/1960)
REGIÃO TENENTE-CORONEL LUIZ CRULS**

**AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA A SELEÇÃO AO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO
Nº 007– SSMR/11, DE 23 DE AGOSTO DE 2016
(SELEÇÃO DE SARGENTOS TÉCNICOS TEMPORÁRIOS MÚSICOS – 2016/2017)**

O COMANDANTE DA 11ª REGIÃO MILITAR (11ª RM), no uso de suas atribuições, divulga e estabelece normas específicas para a abertura das inscrições e a realização do processo seletivo para a convocação de profissionais de nível médio para o exercício de atividades técnicas especializadas no âmbito do Exército Brasileiro. Os convocados serão incorporados na situação de Terceiro Sargento Temporário Músico (nível médio), para o candidato ao Estágio Básico de Sargento Temporário (EBST), nos termos da legislação a seguir, bem como das disposições contidas neste Aviso:

- Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988;
- Lei nº 2.552, de 3 de agosto de 1955 (Fixa a Composição da Reserva do Exército);
- Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), retificada pela Lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965;
- Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares);
- Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012 (Dispõe sobre requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército);
- Decreto nº 57.654, de 20 de junho de 1966 (Regulamento da Lei do Serviço Militar), alterado pelos Decreto nº 58.759, de 28 de junho de 1966, Decreto nº 76.324, de 22 de setembro de 1975, Decreto nº 93.670, de 9 de dezembro de 1986, Decreto nº 627, de 7 de agosto de 1992 e Decreto nº 1.294, de 26 de outubro de 1994;
- Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001 (Reestruturação da Remuneração dos Militares das Forças Armadas);

- Portaria nº 354-EME, de 28 de dezembro de 2015 (Manual de Campanha EB20-MC-10.350 TREINAMENTO FÍSICO MILITAR, 4ª edição, 2015);

- Portaria nº 462 - Gabinete do Comandante do Exército, de 21 de agosto de 2003 - (Instruções Gerais para a Convocação, os Estágios, as Prorrogações de Tempo de Serviço, as Promoções e o Licenciamento dos Integrantes da Reserva de 2ª Classe - IG 10-68);

- Portaria nº 171 - Departamento-Geral do Pessoal, de 8 de julho de 2009 (Áreas e Habilitações Técnicas de Interesse do Exército destinadas a Oficiais e Sargentos do Serviço Técnico Temporário – SvTT);

- Portaria nº 247 – Departamento-Geral do Pessoal, de 9 de outubro de 2009 (Normas Técnicas sobre Perícias Médicas no Exército);

- Portaria nº 081 - Departamento-Geral do Pessoal, de 30 de janeiro de 2012 (Diretriz Complementar para o Serviço Militar Temporário em Tempo de Paz);

- Portaria nº 046 - Departamento-Geral do Pessoal, de 27 de março de 2012 (Normas Técnicas para Inscrição, Seleção, Convocação, Distribuição e Prestação do Serviço Militar Temporário - EB30-N-30.009);

- Portaria nº 011 - Departamento-Geral do Pessoal, 22 de janeiro de 2014 (Altera dispositivo da Portaria nº46, de 27 de março de 2012, que Aprova as Normas Técnicas para Prestação de Serviço Militar Temporário), alteradas pelas Portarias nº 133-DGP, de 29 JUN 10, nº 211-DGP, de 6 OUT 10, nº 067-DGP de 11 MAIO 11, nº 181-DGP, de 5 DEZ 11, nº 067-DGP, de 30 ABR 12 e nº 102, de 30 ABR 15;

- Portaria nº 015 - Departamento-Geral do Pessoal/Diretoria de Serviço Militar, de 19 de fevereiro de 2016 (Aprova as Instruções Complementares de Convocação para o Serviço Militar Inicial no Exército em 2017 – ICC/2017); e

- Portaria nº 084- Departamento de Educação e Cultura do Exército, de 5 de maio de 2016 (Aprova as Instruções Reguladoras do Concurso de Admissão e da Matrícula no Curso de Formação de Sargentos Músicos, referentes ao concurso de admissão para matrícula em 2017 (IRCAM/CFS Mus – EB60-IR-14.002), 5ª Edição, 2016;

- DIEx nº 311-SCMT/DSM, de 4 de agosto de 2016, encaminhado à 11ª RM por meio do DIEx nº 392-E3.3/E3/CMP, de 8 de agosto de 2016, que autoriza a convocação em caráter excepcional para incorporação em 2017, de Sargentos Técnicos Temporários Músicos (STT Mus), a fim de preencher claros nas Bandas de Música da área do Comando militar do Planalto (CMP), mesmo que não possuidores de diploma ou certificado previsto no inciso III do § único do artigo 53

da Portaria n° 046-DGP, de 27 MAR 12, desde que comprovem ser possuidores de habilidade musical na execução de partituras com o respectivo instrumento musical;

- Orientação da Diretoria de Serviço Militar (DSM) sobre o limite de 7 (sete) anos de Tempo de Serviço Público Anterior para ingresso como militar temporário, constante do DIEx n° 310-SCMT/DSM-CIRCULAR, de 29 JUL 16, transcrito no Boletim Regional n° 155, de 22 AGO 16, do Comando da 11ª Região Militar.

- Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação (<http://catalogonct.mec.gov.br/>).

1 - REQUISITOS GERAIS PARA INCORPORAÇÃO NO EXÉRCITO BRASILEIRO

1.1 - O(a) candidato(a) deverá atender aos seguintes requisitos para a incorporação:

1.1.1 - Ser voluntário(a);

1.1.2 - Ser brasileiro(a) nato ou naturalizado(a);

1.1.3 - Ter a escolaridade mínima do Ensino Médio Completo;

1.1.4 - Ter sido aprovado no Exame de Habilidade em Instrumento Musical (EHIM), previsto na ETAPA III deste processo seletivo;

1.1.5 - Ter no mínimo 19 (dezenove) e menos de 38 (trinta e oito) anos de idade em 31 de dezembro de 2017. (decisão judicial em Ação Civil Pública determina que a União se abstenha de aplicar os termos da Portaria n° 046-DGP acerca da questão)

1.1.6 - Se militar da ativa:

1.1.6.1 - não esteja cumprindo o Serviço Militar Inicial;

1.1.6.2 - não seja oficial ou sargento de carreira ou praça estabilizada de qualquer Força Armada ou Força Auxiliar;

1.1.6.3 – presente parecer favorável assinado pelo Comandante, Chefe ou Diretor da Organização Militar (OM), não sendo aceito documento assinado por outra autoridade (Anexo “I”); e

1.1.6.4 - se praça temporária, esteja classificado, nos termos do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), no mínimo no comportamento "Bom", ou em classificação equivalente da Força específica.

1.1.7 - Se ex-integrante de qualquer uma das Forças Armadas ou de Força Auxiliar:

1.1.7.1 - não ter sido demitido *ex officio* por ser declarado indigno ou incompatível para o oficialato, excluído ou licenciado a bem da disciplina, exceto em casos de reabilitação, amparados pelo art. 134 do Código Penal Militar, Decreto-Lei n° 1001 de 21 de outubro de 1969; e

1.1.7.2 - Não ter sido considerado isento do Serviço Militar ou licenciado por incapacidade física ou mental definitiva (“Incapaz C”), ou definição equivalente da Força específica.

1.1.8 - Estar em dia com suas obrigações perante a Justiça Eleitoral e o Serviço Militar (candidatos do sexo masculino);

1.1.9 - Possuir idoneidade moral, bons antecedentes e não exercer ou não ter exercido atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional, conforme o art. 11 da Lei nº 6.880, de 1980 (Estatuto dos Militares), a ser apurada por meio de averiguação da vida pregressa do candidato.

1.1.10 - Ter aptidão física e mental para o exercício das atividades, a ser verificada por meio de inspeção de saúde e apresentação de exames complementares;

1.1.11 - Não ter sido nos últimos 5 (cinco) anos, na forma da legislação vigente:

1.1.11.1 - condenado em processo criminal perante a Justiça comum ou militar, seja na esfera federal ou estadual, transitado em julgado, contado o prazo a partir da data do cumprimento da pena; ou

1.1.11.2 - responsabilizado por ato lesivo ao patrimônio público, de qualquer esfera de governo, em processo disciplinar administrativo, do qual não caiba mais recurso, contado o prazo a partir da data do cumprimento da sanção.

1.1.12 - Residir no município onde será convocado (ou declarar estar comprometido a mudar-se para o município de incorporação, por conta própria, caso venha a ser convocado(a), sem qualquer ônus para o Exército conforme o Anexo “E”;

1.1.13 - Não possuir nenhum vínculo, durante o tempo que permanecer no Exército, com qualquer cargo, emprego ou função pública, ainda que na Administração Pública indireta, exceto nos casos previstos na Constituição Federal de 1988, apresentando Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público (Anexo “G”), com reconhecimento de firma em cartório, cujas informações são de inteira responsabilidade do candidato; e

1.1.14 - Na data da incorporação, o candidato não poderá ter mais de 7 (sete) anos de tempo de serviço prestado a órgão público, contínuo ou interrompido, seja ele da administração direta, indireta, autárquica ou fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos antigos Territórios e dos Municípios, e o tempo de serviço militar (inicial, estágios, dilação, prorrogações e outros);

1.1.15 - Obter aprovação em todas as etapas do presente processo seletivo.

1.2 - Os candidatos que ingressarem às fileiras do Exército no limite máximo da idade permitida farão jus às prorrogações sucessivas de tempo de serviço, observado o limite de 46 (quarenta e seis) anos de idade da ativa.

1.3 - Os militares temporários e da reserva não remunerada podem ser voluntários para o EBST, desde que não haja regressão hierárquica.

2 - DO PROCESSO SELETIVO

2.1 - O processo seletivo visa à ocupação de cargos vagos em áreas de interesse do Exército Brasileiro, por candidatos de ambos os sexos, de nível médio, para a aplicação dos conhecimentos técnico-profissionais em funções específicas de nível médio, bem como atuação em Bandas de Música Militares, Banda Marcial, realização de atividades voltadas ao serviço ativo da Força Terrestre, como serviços de escala, instrução, composição de comissões, representações e outras, cujo desempenho caiba ao Terceiro Sargento, em caráter temporário, de forma transitória e por tempo determinado, na área da 11ª Região Militar (Estados de Goiás e Tocantins, Distrito Federal e Região do Triângulo Mineiro), no ano de 2017.

2.2 - O militar incorporado será remunerado de acordo com a Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001 (Reestruturação da Remuneração dos Militares das Forças Armadas).

2.3 - O candidato inscrito atestará sua submissão às exigências do presente Aviso, sendo todas as despesas decorrentes do processo seletivo de exclusiva responsabilidade do candidato, não lhe assistindo direito a ressarcimento de qualquer natureza, decorrente de insucesso no processo seletivo ou a não disponibilização de vagas .

2.4 -As incorporações serão realizadas nas OM onde houver necessidade de recompletamento de vagas, após autorização do Comandante da 11ª Região Militar, obedecendo o limite de efetivo das Forças Armadas, para um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme legislação específica.

2.5 - O processo seletivo será coordenado pelo Comando da 11ª RM e conduzido pelo Batalhão da Guarda Presidencial (BGP), por intermédio de uma Comissão de Seleção Especial para o Estágio Básico de Sargento Temporário Músico (CSE/EBST Mus).

2.6 - Os candidatos de nível médio ou portadores de diploma de nível superior, aprovados em todas as etapas do processo seletivo, após a definição das vagas que serão disponibilizadas para contratação, serão incorporados nas diversas OM na situação de Terceiro Sargento.

2.7 - O número de vagas para as áreas e habilitações técnicas de interesse do Exército não será divulgado neste Aviso de Convocação, pois o quantitativo poderá ser acrescido, reduzido ou suprimido, de acordo com a necessidade e a disponibilidade de vagas nas OM, dentro do efetivo das Forças Armadas estabelecido em regulamentação específica.

2.8 - A aprovação nas diversas etapas do processo seletivo assegurará apenas a expectativa de direito à incorporação no Exército Brasileiro, a qual é condicionada ao número de vagas a serem disponibilizadas no momento da incorporação, conforme data prevista no CRONOGRAMA INICIAL DE ATIVIDADES (Anexo A);

2.9 - Caso não exista na cidade/guarnição candidato de nível médio ou superior na área exigida, será chamado um candidato inscrito de outra cidade/guarnição voluntário e apto para a vaga, seguindo os mesmos critérios previstos neste Aviso.

2.10 - Sempre que a disponibilidade de voluntários exceder às necessidades para o preenchimento das vagas e satisfeitas as condições de seleção, prevalecerá a pontuação da avaliação curricular sendo, em caso de empate, observadas as seguintes prioridades para incorporação:

2.10.1 – Pontuação Final do Exame de Habilidade em Instrumento Musical (PF/EHIM);

2.10.2 - praças da ativa temporárias;

2.10.3 - reservistas de 1ª categoria; e

2.10.4 - reservistas de 2ª categoria;

2.10.5 - dentro do universo citado acima, deve ser respeitada a precedência hierárquica;

2.10.6 - os civis não enquadrados nos subitens 2.10.2, 2.10.3 e 2.10.4, entre eles:

2.10.6.1 - os de menor tempo de serviço público; e

2.10.6.2 - os de maior idade.

3 - DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

3.1 -ETAPA I

3.1.1 - Inscrições;

3.1.2 - Avaliação Curricular realizada automaticamente pelo sistema SISMIL de acordo com as informações inseridas pelo candidato; e

3.1.3 – Homologação das inscrições.

3.2 - ETAPA II

3.2.1 - Entrega de currículos; e

3.2.2 - Validação da Avaliação Curricular.

3.3 - ETAPA III

3.3.1 – Exame de Habilidade em Instrumento Musical (EHIM)

3.4 - ETAPA IV

3.4.1 - Inspeção de Saúde (IS);

3.5 – ETAPA V

3.5.1 - Exame de Aptidão Física (EAF).

4 - ETAPA I

4.1 - DA TAXA DE INSCRIÇÃO

4.1.1 - A taxa para a confirmação da inscrição em banco de dados no processo seletivo para o Serviço Técnico Temporário – STT será de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais).

4.1.2 - Não serão aceitos, para efeito de pagamento da taxa de inscrição, comprovantes de entrega de envelope nem comprovantes de agendamento por meio dos terminais de autoatendimento.

4.1.3 - Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os casos previstos em lei e de acordo com o prescrito no item 4.3 e seus subitens do presente Aviso.

4.2 - DA INSCRIÇÃO

4.2.1 - A inscrição importa no conhecimento e na aceitação do disposto neste Aviso e em seus anexos, em relação aos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento, devendo certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a área pretendida.

4.2.2 - A inscrição deverá ser realizada no endereço eletrônico da 11ª Região Militar na internet (www.11rm.eb.mil.br), conforme período estipulado no Anexo “A” - CRONOGRAMA INICIAL DE ATIVIDADES.

4.2.3 - Imprimir, imediatamente à confirmação da inscrição, a Guia de Recolhimento da União (GRU) com o CPF do candidato, referente à taxa de inscrição e efetuar o pagamento até a data limite prevista no Anexo “A”, se dela não estiver isento, em uma agência do Banco do Brasil.

4.2.4 - O candidato que efetuar o pagamento da taxa de inscrição após a data limite prevista no Anexo “A”, independentemente do motivo que tenha acarretado o pagamento fora do prazo, será eliminado do processo seletivo.

4.2.5 - O candidato poderá reimprimir a GRU Cobrança acessando a sua ficha de inscrição no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br, até a data limite para pagamento.

4.2.6 - As inscrições efetuadas somente serão homologadas após a comprovação de pagamento ou do deferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição.

4.2.7 - O pagamento de taxa de inscrição é de inteira responsabilidade do candidato.

4.2.8 - Deverão ser cadastrados tanto os dados pessoais, como os dados curriculares, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato o seu preenchimento, sob pena de ser eliminado do processo seletivo, caso forneça informações falsas.

4.2.9 - Ao acessar o endereço eletrônico da 11ª Região Militar, o candidato deverá:

4.2.9.1 - Ler o Aviso, disponibilizado eletronicamente;

4.2.9.2 - Preencher a ficha de inscrição eletrônica;

4.2.9.3 - Imprimir a ficha de inscrição, devidamente preenchida;

4.2.9.4 - Efetuar o pagamento da taxa de inscrição, se dela não estiver isento;

4.2.10 - Não serão aceitas inscrições e pagamentos fora do prazo especificado neste Aviso;

4.2.11 - Não será aceita inscrição condicional, nem por outro meio que não o estabelecido neste Aviso.

4.2.12 - O candidato poderá inscrever-se em apenas 01 (uma) área de interesse, 01 (um) Naípe e 01 (uma) guarnição/cidade.

4.2.13 – Para escolha do **Naípe** o candidato o candidato deverá consultar a Tabela de Equivalência Instrumental para Inscrição (Anexo “N”).

4.2.14 - O candidato inscrito por terceiros assume total responsabilidade pelas informações inseridas na Ficha de Inscrição eletrônica, arcando com todas as consequências de eventuais erros de seu procurador.

4.2.15 - O Comando da 11ª Região Militar não se responsabilizará por inscrição não realizada por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como, outros fatores de ordem técnica, que impossibilitem a transferência de dados.

4.2.16 - O comprovante de inscrição do candidato estará disponível no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br.

4.3 - DOS PROCEDIMENTOS PARA PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

4.3.1 - Estará isento do pagamento da taxa de inscrição, o candidato que atenda aos seguintes requisitos:

4.3.1.1 - Estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto no 6.135, de 26 de junho de 2007; ou

4.3.1.2 - For membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 2007.

4.3.1.3 - Para fins de aplicação do item 4.3 e seus subitens, adotam-se as seguintes definições:

4.3.1.3.1 - Família: a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio.

4.3.1.3.2 - Família de baixa renda sem prejuízo do disposto no item 4.3 e seus subitens: aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário-mínimo ou a que possua renda familiar mensal de até 03 (três) salários-mínimos.

4.3.1.3.3 - Domicílio: o local que serve de moradia à família.

4.3.1.3.4 - Renda familiar mensal: a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família.

4.3.2 - O (a) candidato (a) que se enquadrar na situação descrita acima, deverá entregar pessoalmente ou por meio de procurador (a) legalmente constituído (a), a documentação relacionada no item 4.3.3 e seus subitens no Protocolo Geral da Organização Militar listada no subitem 4.3.2.1 abaixo, até a data limite para solicitação de isenção da taxa de inscrição prevista no Anexo “A”.

4.3.2.1 – A entrega da documentação listada no item 4.3.3 e seus subitens, referente à solicitação de isenção da taxa de inscrição deverá ser entregue pessoalmente ou por procurador legalmente constituído para este fim, no endereço e horário informado abaixo:

Guarnição	Organização Militar	Endereço	Local e Horário
BRASÍLIA-DF	Batalhão da Guarda Presidencial (BGP)	Av. Duque de Caxias, S/N, Setor Militar Urbano (SMU), Brasília-DF CEP 70630-100	Protocolo Geral, de segunda à quinta-feira das 9h às 11h30 e das 13h às 16h e na sexta-feira, das 8h às 11h30.
CRISTALINA	Comando da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada	Rua Visconde de Mauá, s/n, Vila Militar	Protocolo Geral, de segunda à quinta-feira das 9h às 11h30 e das 13h às 16h e na sexta-feira, das 8h às 11h30.

4.3.2.2 – A documentação relacionada no item 4.3.3 e seus subitens poderá ser enviada por intermédio da ECT, via Sedex, desde que postada até a data limite para a solicitação de isenção da taxa de inscrição prevista no Anexo “A”. O endereço de destinação e as informações que deverão constar no envelope, obedecerão ao exigido abaixo:

PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO-STT Mus
BATALHÃO DA GUARDA PRESIDENCIAL
Comissão de Seleção Especial para o Estágio Básico de Sargento Temporário Músico
(CSE/EBST Mus)
Avenida Duque de Caxias, S/N, Setor Militar Urbano (SMU)
CEP 70.630-100 Brasília-DF

4.3.3 – Os documentos listados abaixo, deverão ser entregues/postados encadernados, numerados, rubricados em todas as páginas e na sequência discriminada a seguir:

4.3.3.1 - Requerimento do (a) candidato (a) encaminhado ao Comandante da 11ª Região Militar, conforme o Anexo “J”;

4.3.3.2 - Cópia do documento oficial de identificação com foto;

4.3.3.3 - Cópia do comprovante de residência.

4.3.4 – O Candidato que estiver empregado, deverá encaminhar ainda:

4.3.4.1 - Cópia do contracheque ou de documento similar emitido pelo empregador; ou

4.3.4.2 - Declaração de renda emitida por Contador, devidamente registrado no seu órgão de classe, para os trabalhadores ambulantes, prestadores de serviços e os que exerçam atividade autônoma, desde que não cumulada com outra atividade cuja remuneração, somada, não exceda a 3 (três) salários-mínimos.

4.3.5 - O candidato que estiver desempregado deverá enviar também:

4.3.5.1 - Cópia da Carteira de Trabalho ou, caso não possua, declaração pessoal de desempregado.

4.3.5.2 - Indicação do Número de Identificação Social – NIS, atribuído pelo CadÚnico (se estiver enquadrado nesta situação).

4.3.6 - Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:

4.3.6.1 - Omitir ou prestar informação inverídica;

4.3.6.2 - Fraudar ou falsificar documentação; e

4.3.6.3 - Não cumprir nenhum dos requisitos, forma e prazo estabelecido no item 4.3 e seus subitens.

4.3.6.4 - O candidato que apresentar documento inidôneo ou firmar declaração falsa para se beneficiar da isenção da taxa de inscrição, terá sua inscrição e todos os atos dela decorrentes anulados e estará sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único, do art. 10, do Decreto nº 83.936, de 1979.

4.3.7 - Não será permitida, após a entrega do requerimento de isenção e dos documentos comprobatórios, a complementação da documentação.

4.3.8 - Não será aceito qualquer pedido de isenção além do estabelecido pelo item 4.3 e seus subitens.

4.3.9 - Por delegação de competência do Comandante da 11ª Região Militar, os pedidos de isenção de taxa de inscrição serão analisados e julgados pelo presidente da Comissão de Seleção Especial para o Estágio Básico de Sargento Temporário Músico (CSE/EBST Mus).

4.3.10 – Para fins de solicitação de isenção de taxa de inscrição, serão aceitas cópias/reproduções não autenticadas, bem como, os requerimentos, declarações e demais documentos assinados pelo (a) candidato (a), sem necessidade de firma reconhecida em cartório, desde que acompanhadas da DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DE DOCUMENTOS APRESENTADOS (Anexo “F”), **com firma reconhecida em cartório**, inclusive quando a documentação for enviada por intermédio da ECT, via Sedex, conforme previsto no item **4.3.2.2**.

4.3.11 - A relação dos candidatos que tiveram o seu pedido de isenção de taxa de inscrição deferido será divulgada no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br, na data prevista no Anexo “A”.

4.3.12 - O candidato que tiver seu requerimento de isenção indeferido, para efetivar a sua inscrição no processo seletivo deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição até a data limite estabelecida no Anexo “A”.

4.3.13 - Também estará isenta do pagamento da taxa de inscrição, a candidata gestante preterida no certame anterior, cessado o impedimento causado pela gravidez, conforme previsto na Portaria nº 046 - Departamento-Geral de Pessoal, de 27 de março de 2012 (Normas Técnicas para Inscrição, Seleção, Convocação, Distribuição e Prestação do Serviço Militar Temporário – EB30-N-30.009).

4.3.13.1 - Até a data limite prevista para o pagamento da taxa de inscrição, a candidata gestante preterida no certame anterior, deverá obrigatoriamente, comparecer à Comissão de Seleção Especial, para que seja homologada a isenção da sua taxa de inscrição e tomadas as providências necessárias.

4.4 - DA AVALIAÇÃO CURRICULAR (realizada pelo sistema SISMIL na ocasião da inscrição)

4.4.1 - O candidato deverá observar com atenção o (Anexo “L”) - PONTUAÇÃO GERAL DAS DIVERSAS ÁREAS DE INTERESSE.

4.4.2 - O curso técnico ou superior, a atividade exercida na área de ensino, os títulos (Especialização, Mestrado e Doutorado), os demais cursos, as publicações técnicas e o exercício da atividade profissional informada no ato da inscrição, para serem pontuados deverão pertencer à

área que o candidato postula, terem sido lançados na Ficha de Inscrição e terem sido concluídos em data igual ou anterior ao último dia de inscrição previsto no Anexo “A”.

4.4.2.1 – Para as áreas de interesse que exijam habilitação/aperfeiçoamento constante do Anexo “M”, a pontuação somente será atribuída para a atividade exercida na área de ensino, os títulos (Especialização, Mestrado e Doutorado), os demais cursos, as publicações técnicas e o exercício da atividade profissional se pertencer o aperfeiçoamento/habilitação para qual o candidato se inscreveu.

4.4.3 - A Avaliação Curricular será realizada automaticamente pelo sistema SISMIL, o qual atribuirá pontos de acordo com os dados lançados pelo próprio candidato na Ficha de Inscrição eletrônica, sendo o candidato responsável pela comprovação da veracidade das informações apresentadas.

4.4.4 - O Anexo “L” serve como referência ao candidato, apresentando a pontuação atribuída a cada aspecto da sua formação e experiência profissional.

4.4.5 - Em data prevista no Anexo “A”, será divulgada na internet (www.11rm.eb.mil.br), a avaliação curricular dos candidatos inscritos em ordem de pontuação, dentro das áreas de interesse.

4.4.6 - Na mesma oportunidade, será apresentada a relação dos candidatos chamados para a Etapa II, entrega de currículos na CSE/EBST Mus para fins de validação da avaliação curricular.

4.4.7 - O candidato deverá comparecer para a Etapa II na data, local e hora definidos. O não comparecimento ou atraso acarretará em sua eliminação.

4.5 – DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.5.1 – Terá sua inscrição homologada o candidato que tiver pago a taxa de inscrição dentro do prazo estipulado no calendário constante do Anexo “A”, se dela não estiver isento.

4.5.2 - Somente estará apto a prosseguir para a fase seguinte do Processo Seletivo (ETAPA II) o candidato que tiver a sua inscrição homologada.

4.5.3 - Em data prevista no Anexo “A”, será divulgada no endereço eletrônico (www.11rm.eb.mil.br), a relação das inscrições homologadas e não homologadas.

4.5.3.1- Na relação das inscrições homologadas constará os nomes dos candidatos inscritos em ordem decrescente de pontuação, dentro das áreas de interesse.

5 - ETAPA II

5.1 – ENTREGA DE CURRÍCULOS

5.1.1 - Serão chamados para a Etapa II, para a entrega de currículos e validação da avaliação curricular, os candidatos de maior pontuação na avaliação curricular, cujas inscrições foram homologadas, de acordo com listas a serem divulgadas oportunamente, sempre no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br.

5.1.2 - O candidato chamado para Avaliação Curricular deve entregar pessoalmente, ou por intermédio de procurador legal, munido de instrumento de procuração particular com firma reconhecida em cartório e com o fim específico para inscrição neste processo seletivo, os documentos relacionados no item 5.1.6 e seus subitens, bem como, os comprovantes de todos os cursos, títulos, publicações e experiência profissional declarados na Ficha de Inscrição eletrônica, em data, hora e local indicados na chamada para a Etapa II, divulgada no endereço eletrônico da 11ª Região Militar.

5.1.3 – Não será aceita a entrega de documentos em data posterior à constante da chamada, bem como a remessa por via postal, fax, correio eletrônico ou qualquer outro meio.

5.1.4 - Em caso de eliminação de algum candidato nesta etapa, serão chamados por ordem de classificação, novos candidatos para apresentação de documentação, nos dias subsequentes, sempre por meio do endereço eletrônico da 11ª Região Militar.

5.1.5 - As informações prestadas pelo candidato são de sua inteira responsabilidade.

5.1.6 - Todos os documentos da avaliação curricular deverão ser entregues encadernados, numerados e rubricados em todas as páginas e na sequência discriminada abaixo:

5.1.6.1 - Ficha de Inscrição Eletrônica impressa após a inscrição realizada no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br, com foto 3x4 colada;

5.1.6.2 - Original do comprovante de que efetuou o pagamento da taxa de inscrição (Guia de Recolhimento da União) dentro do prazo limite constante do Anexo “A”, caso não esteja isento do pagamento da referida taxa;

5.1.6.3 - Declaração de Voluntariado para Prestação do Serviço Militar Temporário por um período mínimo de doze meses (Anexo “B”), com reconhecimento de firma em cartório;

5.1.6.4 - Declaração de Tempo de Serviço Público Anterior à Incorporação (Anexo “C”), com reconhecimento de firma em cartório. **ATENÇÃO:** O candidato que não possuir tempo de serviço público deverá registrar 00 anos 00 meses 00 dias;

5.1.6.5 - Declaração de Residência (Anexo “D”), com reconhecimento de firma em cartório;

5.1.6.6 – Declaração de Residente em Município Diverso da Sede da OM de Incorporação (Anexo “E”), se for o caso, com reconhecimento de firma em cartório;

- 5.1.6.7 - Cópia do Comprovante de Residência (reprodução/cópia autenticada em cartório);
- 5.1.6.8 - Declaração de Ciência da Necessidade de Informação do Estado de Gravidez (Anexo “H”), apenas para candidatas do segmento feminino, com reconhecimento de firma em cartório. Tendo em vista a proteção constitucional do direito à maternidade, toda mulher deve assinar, por ocasião do processo seletivo, uma declaração de ciência da necessidade de informação imediata à Instituição, caso apresente ou venha a apresentar estado de gravidez no curso do processo. O estado de gravidez impede a realização da IS, do EAF e a incorporação para o Estágio Básico de Sargento Temporário (EBST), em virtude dos riscos decorrentes das atividades militares a serem desenvolvidas;
- 5.1.6.9 - Declaração de Veracidade dos Documentos Apresentados (Anexo “F”), com reconhecimento de firma em cartório.
- 5.1.6.10 - Parecer Favorável do Comandante, Chefe ou Diretor OM em que serve para Participação em Processo Seletivo ao Serviço Militar Temporário (Anexo “I”), apenas para candidatos militares;
- 5.1.6.11 - Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público (Anexo “G”), com reconhecimento de firma em cartório.
- 5.1.6.12 - Certidão de Quitação Eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral (www.tse.jus.br);
- 5.1.6.13 - Certidão negativa criminal da Justiça Federal (extraído do sítio da Justiça Federal de onde o candidato residiu nos últimos 05 (cinco) anos);
- 5.1.6.14 – Certidão negativa criminal emitida pela Justiça Estadual/Distrital (extraído do sítio da Justiça Estadual/Distrital de onde o candidato residiu nos últimos 05 (cinco) anos);
- 5.1.6.15 - Certidão negativa criminal militar emitida pelo Superior Tribunal Militar (www.stm.jus.br);
- 5.1.6.16 - Cópia da Carteira de Identidade, somente para candidato civil (reprodução/cópia autenticada em cartório);
- 5.1.6.17 - Cópia da Carteira de Identidade Militar, somente para candidato militar temporário da ativa (reprodução/cópia autenticada em cartório);
- 5.1.6.18 - Cópia do CPF (reprodução/cópia autenticada em cartório);
- 5.1.6.19 - Cópia do Título de Eleitor (reprodução/cópia autenticada em cartório);
- 5.1.6.20 - Cópia do Certificado de Reservista de candidatos do sexo masculino já serviram como praças (reprodução/cópia autenticada em cartório);
- 5.1.6.21 - Cópia do Certificado de Dispensa de Incorporação de candidatos do sexo masculino que foram dispensados do Serviço Militar Obrigatório (reprodução/cópia autenticada em cartório);

5.1.6.22 - Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento (reprodução/cópia autenticada em cartório);

5.1.6.23 - Cópia da Certidão de Nascimento dos dependentes, quando for o caso (reprodução/cópia autenticada em cartório);

5.1.6.24 - Cópia do Registro ativo no respectivo Conselho ou Ordem de profissionais (reprodução/cópia autenticada em cartório);

5.1.6.25 – Diploma de conclusão do Ensino Médio ou o diploma de Nível Superior reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), referente à habilitação exigida para o cargo a que se candidatou (reprodução/cópia autenticada em cartório);

5.1.6.26 - Cópia do (s) diploma (s) de pós-graduação reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) dentro da área que o candidato postula, constante deste aviso (reprodução/cópia autenticada em cartório);

5.1.6.26.1 - Em caráter excepcional, para fins de inscrição no processo seletivo, enquanto aguarda o fornecimento do Diploma ou Certificado de conclusão de cursos, em decorrência de tramitação de procedimentos administrativos legais de regularização destes documentos, a cargo da instituição de ensino junto à Secretaria de Educação Municipal/Estadual/Distrital, Ministério da Educação ou órgão competente, o candidato poderá apresentar cópia autenticada de Declaração ou Certidão emitida pela instituição de ensino, a qual será válida até a convocação para incorporação do candidato, em data prevista no Anexo "A" , devendo, para ser efetivada a sua incorporação, apresentar o Diploma ou Certificado de conclusão do curso, sob pena de ser eliminado do processo seletivo.

5.1.6.27 - Cópia do (s) diploma (s) do (s) curso (s) e/ou certificado de estágio (s), previstos no item 5 no (Anexo "L") (reprodução/cópia autenticada em cartório);

5.1.6.28 - Cópia das publicações técnicas, previstas no item 5 do (Anexo "L"), acompanhadas dos originais, tais como livros, artigos em revistas especializadas, periódicos e revistas não especializadas (Destaque-se que a publicação de artigo científico em livro não é considerado como livro publicado).

5.1.6.29 - Cópia da Certidão de Tempo de Serviço Público prestado em órgão público federal, estadual ou municipal, candidatos civis e militares que possuam Tempo de Serviço Público (reprodução/cópia autenticada em cartório);

5.1.6.30 - Cópia de comprovação da experiência profissional e atividades na área de ensino, se houver;

5.1.6.31 - Para candidato militar da ativa ou integrante da reserva de 2º categoria das Forças Armadas ou integrante de Forças Auxiliares é obrigatório a apresentação das folhas de alterações ou certidão de assentamentos militares, relativas a todo o período de serviço, constando, no caso das praças, obrigatoriamente, a classificação do seu comportamento por ocasião da sua exclusão ou desligamento.

5.1.7 - Todo documento que esteja em língua estrangeira deverá ser acompanhado de versão em português, feita por tradutor juramentado;

5.1.8 - Todas as Declarações, inclusive, as elaboradas em conformidade com os anexos deste aviso, deverão ter a assinatura do declarante reconhecida em cartório.

5.1.9 – Todas as cópias de documentos apresentados pelo candidato deverão estar autenticadas em cartório;

5.1.10 - O candidato(a) ou procurador legalmente constituído para este fim, deverá comparecer para a entrega de todos os documentos, incluindo as declarações e cópias/reproduções autenticadas previstas para esta Etapa, na data, local e hora constantes da chamada para entrega de currículos, a ser divulgada no endereço eletrônico da 11ªRM {www.11rm.eb.mil.br}. O não comparecimento ou atraso acarretará a sua eliminação do Processo Seletivo.

5.1.11 - A falta da documentação relacionada nos subitens 5.1.6.1, 5.1.6.3, 5.1.6.4, 5.1.6.5, 5.1.6.6 (quando for o caso), 5.1.6.7, 5.1.6.8 (segmento feminino), 5.1.6.9, 5.1.6.10 (somente militar temporário da ativa), 5.1.6.11, 5.1.6.12, 5.1.6.13, 5.1.6.14, 5.1.6.15, 5.1.6.16 (somente candidato civil), 5.1.6.17, (somente militar temporário da ativa) 5.1.6.18, 5.1.6.19, 5.1.6.20 (somente militares da reserva não remunerada), 5.1.6.21 (somente segmento masculino dispensado do Serviço Militar Obrigatório), 5.1.6.22, 5.1.6.23 (quando for o caso), 5.1.6.24 (quando for o caso), 5.1.6.25 e 5.1.6.31 (somente candidatos(a) militar da ativa ou reserva da 2ª categoria das Forças Armadas ou Auxiliares), implicará na eliminação do(a) candidato (a) do processo seletivo.

5.1.12 - Os Anexos “C” e “G” , bem como as Certidões previstas nos subitens 5.1.6.12, 5.1.6.13, 5.1.6.14 e 5.1.6.15, todos atualizados, deverão ser entregues novamente pelo candidato, sob pena de eliminação do Processo Seletivo caso não os entregue, nas seguintes situações:

5.1.12.1 - Na apresentação para realização do Exame de Aptidão Física (EAF); e

5.1.12.2 - Na data de sua apresentação na Organização Militar Formadora, quando convocado para incorporação.

5.2 – VALIDAÇÃO DA AVALIAÇÃO CURRICULAR

5.2.1 - Somente serão considerados e receberão pontuação, a experiência profissional e as atividades na área de ensino, realizados após a conclusão do curso técnico ou de nível superior, devidamente comprovados;

5.2.2 - Para fins de comprovação de experiência profissional, não serão considerados, períodos de trabalho sobrepostos, mesmo em instituições/órgãos diferentes.

5.2.3 - Atividades exercidas na área de ensino, títulos/graduações/diplomas, cursos, publicações técnicas e exercício de atividade profissional somente são considerados dentro da área que o candidato postula, constante deste Aviso.

5.2.4 - A comprovação de atividade exercida na área de ensino ou exercício de atividade profissional, na área postulada, pode ser comprovada das seguintes maneiras:

5.2.4.1 – Em empresa/instituição privada:

5.2.4.1.1 - Mediante apresentação de reprodução/cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), discriminando o tempo de serviço e as atividades desenvolvidas. Reprodução/cópia autenticada em cartório;

5.2.4.1.2 - Caso o cargo que conste na Carteira de Trabalho, não especifique a atividade desenvolvida, se faz necessário, apresentar junto com a CTPS, cópia/reprodução de declaração do empregador, autenticada em cartório, relacionando as atividades desempenhadas pelo candidato, bem como, o período.

5.2.4.2 - Em órgão/instituição pública:

5.2.4.2.1 - Certidões emitidas pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, informando o período de serviço e as atividades desenvolvidas.

5.2.4.2.2 – Caso o cargo que conste na certidão, não especifique a atividade desenvolvida, se faz necessário, apresentar declaração do órgão contratante, relacionando as atividades desempenhadas pelo candidato, bem como, o período.

5.2.4.2.3 - Somente serão aceitas as declarações emitidas pelo setor de Recursos Humanos do Órgão ou equivalente.

5.2.4.3 – Na prestação de serviço por meio de contrato de trabalho:

5.2.4.3.1 - Cópia do Contrato de Prestação de Serviço, acompanhado de declarações do contratante e do contador informando o período em que as atividades foram desempenhadas. Reprodução/cópia autenticada e com reconhecimento de firma em cartório; e

5.2.4.3.2 - Extrato de contribuições emitido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

5.2.4.4 - Na prestação de serviço como autônomo:

5.2.4.4.1 - Mediante apresentação de reprodução/cópia de Recibo de Pagamento Autônomo (RPA), sendo pelo menos, o primeiro e o último recibo do período trabalhado como autônomo e declaração do contratante/beneficiário que informe o período (com início e fim, se for o caso) a espécie do serviço prestado e a descrição das atividades.

5.2.4.4.2 - Certidão emitida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), com a indicação da profissão; e

5.2.4.4.3 - Extrato de contribuições emitido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);

5.2.4.5 – Na prestação de serviços como empresário individual:

5.2.4.5.1 - Cópia da Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); e

5.2.4.5.2 - Extrato de contribuições emitido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

5.2.5 - Cursos realizados no exterior deverão ter a validação do Órgão de Classe ao qual o candidato está vinculado, se for o caso, sendo que Pós Graduações *Strictu Sensu* deverão ser reconhecidas por instituições de ensino nacionais (Lei nº 9.394 de 1996) para poderem pontuar.

5.2.6 - Os currículos entregues à Comissão de Seleção Especial para o Estágio Básico de Sargento Temporário Músico (CSE/EBST Mus) serão avaliados por uma equipe composta por militares especializados, conforme as áreas de interesse constantes deste Aviso.

ATENÇÃO: o resultado das eventuais perdas de pontuação na Avaliação Curricular, estarão disponíveis no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br, por meio do *link* de acesso da inscrição.

5.2.7 - Para os candidatos a cargos que exigem qualificação profissional regulamentada por Lei, é obrigatório o registro no respectivo conselho ou ordem de profissionais, se houver.

6 - ETAPA III

6.1 – EXAME DE HABILIDADE EM INSTRUMENTO MUSICAL (EHIM)

6.2 - Serão chamados para a Etapa III e prosseguirão no processo seletivo os candidatos de maior pontuação na avaliação curricular (Etapa II), dentro das necessidades e a critério do Comandante da 11ª Região Militar.

6.3 – O Exame de Habilidade em Instrumento Musical (EHIM) ficará a cargo da Comissão de Aplicação e Fiscalização (CAF/EHIM) e será realizado de forma centralizada em Brasília-DF, em local, datas e horários conforme divulgação a ser veiculada no endereço eletrônico da 11ª Região Militar.

6.3.1 – O candidato inscrito para a guarnição de Cristalina-GO, convocado para o EHIM, deverá realizá-lo na guarnição de Brasília-DF, em um único dia, devendo o próprio candidato arcar com os custos de seu deslocamento e estadia.

6.4 - O EHIM constará de uma prova prática, na qual o(a) candidato(a) deverá utilizar **seu próprio instrumento musical**, de acordo com o naipe correspondente à habilitação para a qual realizou sua inscrição, exceto nos casos dos napes de Tuba (*necessário trazer bocal*), Tarol e Bombo, para os quais serão utilizados instrumentos fornecidos pela CAF/EHIM.

6.5 - O candidato convocado para realizar o EHIM deverá comparecer em locais, datas e horários conforme divulgação a ser veiculada no endereço eletrônico da 11ª Região Militar, com 30 (trinta) minutos de antecedência, considerando o horário de Brasília, portando seu documento de identificação com foto e o instrumento musical para o qual está inscrito(a) (exceto no caso da tuba),

6.6 - Os instrumentos serão inspecionados, quanto às suas condições de utilização, pela CAF/EHIM; caso não seja aprovado(a) o seu uso, por estar fora dos padrões normais, poderá ser utilizado instrumento de outro(a) candidato(a), desde que disponível no local do exame e no momento de sua realização.

6.7 – Os(As) candidatos(as) deverão utilizar trajes compatíveis com sua permanência no interior do aquartelamento, não podendo trajar bermudas, corsários ou similares, sandálias abertas e camisetas sem manga; caso contrário, será impedida a sua entrada e realização do EHIM, sendo eliminado(a) do Processo Seletivo.

6.8 - Não será permitido ao(à) candidato(a) entrar ou permanecer no local de realização do EHIM portando gorros, chapéus, bonés ou similares, bolsas, mochilas, livros, impressos, anotações, cadernos, folhas avulsas de qualquer tipo e/ou anotações. Também não lhe será permitido portar aparelhos eletro-eletrônicos, tais como “bips”, telefones celulares, *walkman*, aparelhos rádio-transmissores, *palmtops*, *paggers*, receptores de mensagens, gravadores, *ipod*, *ipad*, *laptop* ou qualquer tipo de material não autorizado por este Aviso de Seleção.

6.9 - Durante a realização das tarefas, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os(a) candidatos(as) ou com outras pessoas não autorizadas.

6.10 - A avaliação do desempenho do(a) candidato(a) será registrada na Ficha de Aplicação do Exame de Habilidade em Instrumento Musical, a qual conterà as observações da CAF/EHIM quanto ao desempenho do(a) candidato(a) nas tarefas do EHIM. Esta ficha será assinada pelo(a) candidato(a), pelo Presidente e por outro membro da CAF/EHIM, imediatamente antes de iniciar as

tarefas da prova prática e antes do lançamento das notas pela comissão, para atestar seu comparecimento ao exame.

6.11 – O EHIM consistirá das seguintes tarefas (**T**):

6.11.1 – (**T_{1-A}**) Execução das escalas ascendentes e descendentes, até 4 (quatro) sustenidos e 4 (quatro) bemóis dentro da extensão do instrumento do candidato, selecionadas pela CAF/EHIM;

6.11.2 – (**T_{1-B}**) Execução de rufo até 5 (cinco) compassos ligados (**somente para candidatos inscritos nos naipes da linha de acesso 3 - Percussão (Bombo/Tímpanos/Pratos)**);

6.11.3 – (**T₂**) Execução de um estudo de método que contenha ornamento de até 3 (três) notas, dentre 3 (três) apresentados pelo candidato, a critério da CAF/EHIM;

6.11.4 – (**T₃**) Execução de um estudo de método que contenha ornamento de até 3 (três) notas, apresentado ao candidato pela CAF/EHIM, de acordo com o método do instrumento para o qual estiver concorrendo;

6.11.5 – (**T₄**) Execução de uma marcha militar selecionada pela CAF/EHIM, em compasso 6/8, em 1ª parte, do instrumento do candidato; e

6.11.6 - (**T₅**) Execução do Hino Nacional Brasileiro, em 1ª parte do instrumento do candidato.

6.12 – Os métodos a serem usados pelos candidatos serão os seguintes:

6.12.1 – Método **Arbans**, para instrumentos de metal; e

6.12.2 – **Klosé** para instrumentos de palheta.

6.12.3 – Para instrumentos de percussão o método será de livre escolha do candidato.

6.13 – A execução de cada tarefa será avaliada pelos critérios de Leitura, Técnica e Interpretação, os quais serão pontuados de seguinte maneira:

6.13.1 – Leitura – de 0 (zero) a 4 (quatro) pontos;

6.13.2 – Técnica – de 0 (zero) a 4 (quatro) pontos; e

6.13.3 – Interpretação – de 0 (zero) a 2 (dois) pontos.

6.14 – A pontuação final do EHIM (**PF/EHIM**) será obtida pela média aritmética do total de pontos obtidos em cada tarefa, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{PF/EHIM} = \frac{(\text{PT}_{1-A}) \text{ ou } (\text{PT}_{1-B}) + \text{PT}_2 + \text{PT}_3 + \text{PT}_4 + \text{PT}_5}{5}$$

6.15 – As tarefas do EHIM serão eliminatórias.

6.16 – Para aprovação no EHIM, é necessário obter, no mínimo, a **PF/EHIM** igual ou maior que 5 (cinco) pontos.

6.17 - O candidato que receber pontuação 0 (zero) em todos os critérios de avaliação de uma mesma tarefa, será eliminado.

6.18 - O candidato somente poderá sair do local que lhe for indicado para realizar o EHIM após realizar todas as tarefas previstas e ser liberado pela CAF/EHIM.

7 - ETAPA IV

7.1 – INSPEÇÃO DE SAUDE

7.2 - Serão chamados para a Etapa IV e prosseguirão no processo seletivo os candidatos de maior pontuação, aprovados no EHIM (Etapa III), conforme a necessidade da 11ª Região Militar, podendo haver chamadas posteriores em decorrência do número de faltas ou de inaptos, abertura de novas vagas, cumprimento de decisão judicial, entre outros motivos, a critério do Comandante da 11ª Região Militar.

7.3 - A Inspeção de Saúde (IS) será realizada em locais, datas e horários conforme divulgação a ser veiculada no endereço eletrônico da 11ª Região Militar.

7.4 – O candidato deverá comparecer no local, trajando roupa de banho por baixo (sungã, biquíni ou maiô), a fim de permitir a adequada inspeção de saúde;

7.5 – Os candidatos selecionados para a Etapa IV, deverão apresentar os resultados dos exames abaixo relacionados, cuja realização será de sua responsabilidade e ônus, todos datados de, no máximo, até 01 (um) mês de antecedência do dia previsto para a Inspeção de Saúde:

7.5.1 - Radiografia dos campos pleuro-pulmonares;

7.5.2 – Glicemia em jejum;

7.5.3 – Sorologia para Lues e HIV;

7.5.4 – Reação de Machado-Guerreiro;

7.5.5 – Hemograma completo, tipagem sanguínea e fator RH, e coagulograma;

7.5.6 – Parasitológico de fezes;

7.5.7 – Sumário de Urina;

7.5.8 – Teste ergométrico;

7.5.9 - Eletroencefalograma;

7.5.10 – Radiografia panorâmica das arcadas dentárias;

7.5.11 - Audiometria;

- 7.5.12 – Sorologia para hepatite B (contendo, no mínimo, HbsAg e Anti-Hbc) e hepatite C;
- 7.5.13 - Laudo de exame oftalmológico, com acuidade visual, fundoscopia, tonometria (medida de pressão ocular) e, no caso de patologia oftalmológica, a receita médica e a prescrição de correção;
- 7.5.14 – Uréia e Creatinina
- 7.5.15 – Colpocitologia oncótica (apenas para candidatas do sexo feminino);
- 7.5.16 - Exame de mamas (ultrassonografia/ecografia), apenas para candidatas do sexo feminino;
- 7.5.17 – Teste de gravidez B-HCG sanguíneo (apenas para candidatas do sexo feminino);
- 7.5.18 - Radiografia de coluna cervical, torácica e lombar com laudo e ângulos;
- 7.5.19 - Antígeno Prostático Específico – PSA (apenas para candidatos do sexo masculino);
- 7.6 – Por ocasião da IS será realizado, às expensas do Exército Brasileiro, o exame clínico odontológico;
- 7.7 - A Junta de Inspeção de Saúde Especial (JISE) poderá exigir outros exames, se julgar necessário.
- 7.8 - São causas de incapacidade física, por motivo de saúde, para o ingresso no Serviço Militar Temporário:
 - 7.8.1 - Para ambos os sexos:
 - 7.8.1.1 - Quaisquer patologias que sejam consideradas incompatíveis com o Serviço Militar e/ou com o desempenho das funções militares;
 - 7.8.1.2 - As doenças que motivam a isenção definitiva dos Conscritos para o Serviço Militar das Forças Armadas, constantes nos anexos das Instruções Gerais para a Inspeção de Saúde dos Conscritos – IGISC (Dec n° 60.822, de 7 jun 1967, com as modificações contidas nos Dec n° 63.078, de 5 AGO 1968 e n° 703, de 22 DEZ 1992), no que couber, bem como, as previsões contidas nas Normas Técnicas sobre Perícias no Exército – NTPMEx, aprovadas pela Portaria n° 274-DGP, de 07 de outubro de 2009.
 - 7.8.1.3 - Peso desproporcional à altura, tomando-se por base a diferença de mais de dez entre a altura (número de centímetros acima de um metro) e o peso (em quilogramas), para candidatos com altura inferior a 1,75 m e de mais de quinze para os candidatos de altura igual ou superior a 1,75 m. Estas diferenças, entretanto, por si só, não constituem em elemento decisivo para a JIS, a qual as analisará em relação ao biótipo e outros parâmetros do exame físico, tais como: massa muscular, constituição óssea, perímetro torácico, etc;
 - 7.8.2 - Para candidatos do sexo masculino:
 - 7.8.2.1 - Altura inferior a 1,60 m; e

7.8.3 - Para candidatos do sexo feminino:

7.8.3.1 - Altura inferior a 1,55 m.

7.8.4 - O (a) candidato (a) que não apresentar todos os exames médicos complementares exigidos até a data fixada pela CSE/EBST Mus para a Inspeção de Saúde, será eliminado (a) do processo seletivo.

7.8.5 - O (a) candidato (a) com patologia oftalmológica deverá apresentar-se para a Inspeção de Saúde portando a receita médica e a prescrição de correção.

7.8.6 - A existência de tatuagem no corpo do candidato que afete a honra pessoal, o pundonor militar ou o decoro exigido aos integrantes das Forças Armadas, conforme previsto no Estatuto dos Militares (Lei n° 6.880, de 9 de dezembro de 1980), configura-se motivo para eliminação do candidato ao Serviço Militar Temporário, como por exemplo as que apresentem símbolos e ou inscrições alusivos a ideologias terroristas ou extremistas, práticas contrárias às instituições democráticas, prática da violência, apologia ao crime, discriminação ou preconceitos de raça, credo, sexo ou origem, ideias ou atos libidinosos, ideias ou atos ofensivos às Forças Armadas. Também será considerado como motivo para eliminação a tatuagem aplicada em extensa área do corpo que possa vir a prejudicar os padrões de apresentação pessoal e de uso de uniformes exigidos nas instituições militares.

7.8.7 - Mulheres gestantes não podem ser incorporadas para o EBST, devido às atividades militares a serem desenvolvidas, observando-se que:

7.8.7.1 - Caso seja chamada para a IS alguma candidata gestante, esta não prossegue no processo seletivo, no caso de novas convocações, no prazo de validade do mesmo certame, a candidata gestante preterida, cessado o impedimento causado pela gravidez, tem precedência sobre os candidatos remanescentes, devendo realizar a IS, observados todos os requisitos para a incorporação.

7.8.7.2 - A candidata gestante preterida, cessado o impedimento causado pela gravidez, pode retornar ao processo seletivo imediatamente subsequente, e, para isto:

7.8.7.3 - Deve se inscrever no certame imediatamente posterior, o que caracteriza sua intenção de retornar ao processo de seleção, não lhe sendo exigido o pagamento de nova taxa de inscrição, caso cobrada; e

7.8.7.4 - Não se submete a nova avaliação curricular/teste de conhecimentos (EAF e IS são obrigatórios) e tem precedência sobre os demais candidatos, para a mesma área postulada no certame anterior, observados todos os requisitos para a incorporação.

7.9 - Caso o candidato já pertença ao serviço ativo do Exército, os exames complementares são substituídos pela Ata de Inspeção de Saúde para Permanência no Serviço Ativo por força da previsão do parágrafo 3º do art. 116 da Portaria 046 – DGP de 12 de março de 2012.

7.10 - O candidato julgado incapaz na Inspeção de Saúde, poderá, a seu critério, requerer Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR), no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar do dia seguinte da divulgação do resultado da inspeção, conforme exigências do item 10 e seus subitens.

7.11 - O candidato é considerado desistente e eliminado da seleção se, mesmo por motivo de força maior:

7.11.1 - faltar à IS ou à ISGR;

7.11.2 - não apresentar os laudos dos exames complementares, no todo ou em parte, por ocasião da IS ou da ISGR; ou

7.11.3 - não concluir a IS ou a ISGR

7.12 - A Inspeção de Saúde possui caráter eliminatório.

7.13 - O candidato, por ocasião da incorporação, será submetido a uma revisão médica pelo médico da Organização Militar da primeira fase do respectivo estágio. No caso de detecção de alguma alteração clínica, que comprometa a incorporação, o candidato será encaminhado à Junta de Inspeção de Saúde Revisional (JISR), visando à ratificação (ou retificação) do parecer anteriormente emitido e demais providências decorrentes.

8- ETAPA V

8.1 – EXAME DE APTIDÃO FÍSICA (EAF)

8.2 - Serão chamados para a Etapa V e prosseguirão no processo seletivo os candidatos de maior pontuação que foram considerados Aptos na Inspeção de Saúde (Etapa IV), dentro das necessidades e a critério do Comandante da 11ª Região Militar.

8.3 - O candidato deverá comparecer em data, em local e em horário a serem determinados, trajando calça, camisa com manga e calçado fechado e portar consigo, roupa apropriada para a prática de educação física.

ATENÇÃO: Antes da execução das atividades, o candidato será conduzido ao vestiário para que possa se trocar.

8.4 - O Exame de Aptidão Física (EAF) possui caráter eliminatório, constituindo-se em mera avaliação das condições mínimas de higidez física dos candidatos. Em caso de posterior incorporação, será exigido, padrão de aptidão física superior, de acordo com a legislação específica

do Comando do Exército, que regula os Testes de Aptidão Física (TAF), realizados três vezes ao ano.

8.5 - O estado de gravidez deverá ser, obrigatoriamente, comunicado pela candidata ao Chefe da Comissão de Aplicação do EAF. Problemas decorrentes da não comunicação serão da responsabilidade exclusiva da candidata.

8.6 - O (a) candidato (a) realizará o EAF em locais, datas e horários, a serem divulgados no endereço eletrônico da 11ª Região Militar.

8.7 – Não haverá 2ª Chamada para o EAF.

8.8 - O EAF será gravado e o respectivo registro, será conservado até 01 (um) ano após o final do certame.

8.9 - Durante a realização do EAF será permitido executar 02 (duas) tentativas em cada uma das tarefas, com intervalos de uma hora para descanso, excetuando-se a tarefa de corrida de 12 (doze) minutos, que deverá ser realizada com intervalo mínimo de 01 (um) dia.

8,10 - O candidato reprovado, mesmo após as duas tentativas, em qualquer uma das tarefas, tem direito a uma última tentativa, em data determinada pela Comissão de Aplicação do EAF.

8.11 - Para a realização da tentativa prevista no item 8.10 o candidato deve solicitá-la, por escrito, ao chefe da Comissão de Aplicação do EAF.

8.12 - A solicitação prevista no subitem 8.11 deverá ser entregue no mesmo turno, local e dia, em que o candidato tenha sido considerado inapto na segunda tentativa.

8.13 - No endereço eletrônico da 11ª Região Militar encontram-se vídeos apresentando a correta execução de cada exercício físico, exigido no processo de seleção.

8.14 - A aptidão física será expressa pelo conceito Apto ou Inapto, conforme as condições de execução e índices mínimos discriminados.

8.15 - Ao candidato que já pertença ao serviço ativo do Exército, bastará a comprovação do conceito mínimo “B” no último TAF, desde que **efetivamente realizado** pelo candidato há menos de 90 (noventa) dias da data prevista para a realização do EAF.

8.16 – Não será aceita a comprovação de conceito obtido por meio de “repetição do resultado do TAF anterior” prevista no caso de incapacidade física temporária do militar.

8.17 - A comprovação mencionada no item 8.15 dar-se-á mediante DIEx do Comandante da OM, endereçado ao Presidente da Comissão de Seleção Especial para o Estágio Básico de Sargento Temporário Músico (CSE/EBST Mus) encaminhando cópia autenticada da folha do boletim

interno (BI), onde foi publicado o referido conceito e deverá ser entregue pessoalmente pelo candidato à CSE/EBST Mus, na data/hora prevista para a realização do EAF.

8.18 - Caso o candidato militar não atenda ao exigido nos subitens 8.15 e 8.17, será submetido às mesmas tarefas, na mesma data, que os demais candidatos, na data /hora prevista para a realização do EAF.

8.19 - As tarefas estabelecidas para o EAF são realizadas pelo(a) candidato(a) com traje esportivo, em movimentos sequenciais padronizados, de forma contínua e execução segundo a legislação em vigor no Comando do Exército:

8.19.1 - Flexão de braços sobre o solo, sem limite de tempo:

8.19.1.1 - Para candidatos do sexo masculino:

8.19.1.1.1 - Posição inicial: o candidato deverá tomar a posição com apoio de frente sobre o solo, braços e pernas estendidos; e

8.19.1.1.2 - Execução: o candidato deverá realizar sucessivas flexões de braço, sem qualquer interrupção, no seu ritmo próprio, retornando à posição inicial, sem que o tronco e os joelhos toquem no solo, devendo a linha dos cotovelos ultrapassar o plano superior das costas.

8.19.1.2 - Para candidatos do sexo feminino:

8.19.1.2.1 - Posição inicial: a candidata deverá tomar a posição com apoio de frente sobre o solo, utilizando-se das mãos e dos joelhos, mantendo os cotovelos estendidos e joelhos unidos; e

8.19.1.2.2 - Execução: a candidata deverá flexionar e estender os cotovelos, realizando sucessivas flexões de braço, sem qualquer interrupção, no seu ritmo próprio, retornando à posição inicial, mantendo o apoio dos joelhos no solo, devendo a linha dos cotovelos ultrapassar o plano superior das costas.

8.19.2 - Abdominal supra, sem limite de tempo:

8.19.2.1 - Posição inicial: o (a) candidato (a) deverá tomar a posição deitado em decúbito dorsal, joelhos flexionados, pés apoiados no solo, calcanhares próximos aos glúteos, braços cruzados sobre o peito, de forma que as mãos encostem no ombro oposto (mão esquerda no ombro direito e vice-versa). O avaliador deverá colocar-se ao lado do avaliado, posicionando os dedos de sua mão espalmada, perpendicularmente, sob o tronco do mesmo a uma distância de quatro dedos de sua axila, tangenciando o limite inferior da escápula (omoplata). Esta posição deverá ser mantida durante toda a realização do exercício; e

8.19.2.2 - Execução: o (a) candidato (a) deverá realizar a flexão abdominal até que as escápulas percam o contato com a mão do avaliador e retornar à posição inicial, quando será completada uma

repetição. Cada candidato deverá executar o número máximo de flexões abdominais sucessivas, no seu ritmo próprio, sem interrupção do movimento e sem limite de tempo, não podendo retirar os quadris do solo e nem obter impulso com os braços ao afastá-los do tronco.

8.19.3 - Corrida livre, no tempo de 12 (doze) minutos:

8.19.3.1 - Local: em pista ou circuito de piso regular e predominantemente plano; e

8.19.3.2 - Execução: partindo da posição inicial de pé, o candidato deverá correr ou andar no tempo de 12 (doze) minutos, podendo haver ou não interrupções ou modificações do ritmo de corrida, sendo proibido acompanhar o executante para ajudá-lo, por quem quer que seja e em qualquer momento da prova, admitindo-se eventuais paradas ou a execução de trechos em marcha.

8.19.4- É proibido, a quem quer que seja, acompanhar o executante, em qualquer momento da prova, devendo aguardar em local distinto da atividade.

8.20 - As tarefas serão realizadas em 02 (dois) dias consecutivos e na ordem abaixo especificada, estabelecendo-se os seguintes índices mínimos:

Segmento	1º Dia		2º Dia
	Flexão de Braços	Abdominal Supra	Corrida (12 Minutos)
Masculino	10 (dez)	20 (vinte)	1.800 (mil e oitocentos) metros
Feminino	6 (seis)	14 (quatorze)	1.600 (mil e seiscientos) metros

ATENÇÃO: Os candidatos deverão ficar em condições de participar desta etapa, conforme especificado no CALENDÁRIO DE ATIVIDADES.

9 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 - Após cada etapa do processo seletivo serão divulgados no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br o resultado, a pontuação e a classificação dos candidatos. Os candidatos poderão interpor recursos administrativos no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do dia seguinte da divulgação do resultado.

9.2 - Os recursos administrativos interpostos deverão ser preenchidos de acordo com o Anexo “K”.

9.3 - Os recursos deverão conter:

9.3.1 - Nome completo e o “código do candidato” (constante da ficha de inscrição);

9.3.2 – Endereço;

9.3.3 – Número do CPF

9.3.4 - Objeto do pedido de recurso;

9.3.5 - Exposição fundamentada a respeito dos problemas verificados;

9.4 - Ser endereçados ao Comandante da 11ª Região Militar;

9.5- Ser entregues pessoalmente (ou por procurador legalmente constituído para este fim) no endereço relacionado abaixo:

Guarnição	Organização Militar	Endereço	Local e Horário
BRASÍLIA/DF	Batalhão da Guarda Presidencial (BGP)	Av. Duque de Caxias, S/N, Setor Militar Urbano (SMU), Brasília-DF CEP 70630-100	Protocolo Geral, de segunda à quinta-feira das 9h às 11h45 e das 13h às 16h45 e na sexta-feira, das 8h às 11h30.

9.6 – No caso de recursos quanto ao resultado da Inspeção de Saúde:

9.6.1 - O candidato julgado incapaz na Inspeção de Saúde (IS) poderá, a seu critério, requerer Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR), no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar do dia seguinte da divulgação do resultado da inspeção no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br.

9.6.2 – O (a) candidato (a) deverá obrigatoriamente, fundamentar o seu pedido por exposição de motivos e pela apresentação de documentação (laudos, exames, pareceres), etc que justifique sua discordância quanto ao resultado da Inspeção de Saúde.

9.6.3– O (a) candidato (a) deverá apresentar-se na Junta de Inspeção de Saúde Revisional (JISR), que funcionará na cidade de Brasília, em data a ser marcada oportunamente, a fim de ser realizada nova inspeção de saúde.

9.6.4 - Toda a documentação (laudos, exames, pareceres, etc) apresentada à JISR no momento da Inspeção de Saúde em Grau de Recurso, deverá ser original e em cópia

9.6.5 - O (a) candidato (a) também deverá portar consigo, todos os exames/laudos apresentados por ocasião da IS.

9.6.6 - Não serão considerados os recursos formulados fora do prazo ou que não contenham os elementos indicados no presente item deste Aviso.

9.6.7 - Não serão aceitos recursos por via postal, fax ou pela internet.

10 - DAS CAUSAS DE ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO

10.1 - O candidato será eliminado da seleção se, mesmo por motivo de força maior:

- 10.1.1 - Atrasar-se ou faltar a qualquer das atividades previstas no processo seletivo e disponibilizadas no sítio da 11ª Região Militar (www.11rm.eb.mil.br);
- 10.1.2 - Não apresentar os documentos especificados nos itens 5.1.6.1, 5.1.6.3, 5.1.6.4, 5.1.6.5, 5.1.6.6 (quando for o caso), 5.1.6.7, 5.1.6.8 (segmento feminino), 5.1.6.9, 5.1.6.10 (somente militar temporário da ativa), 5.1.6.11, 5.1.6.12, 5.1.6.13, 5.1.6.14, 5.1.6.15, 5.1.6.16 (somente candidato civil), 5.1.6.17, (somente militar temporário da ativa) 5.1.6.18, 5.1.6.19, 5.1.6.20 (somente militares da reserva não remunerada), 5.1.6.21 (somente segmento masculino dispensado do Serviço Militar Obrigatório), 5.1.6.22, 5.1.6.23 (quando for o caso), 5.1.6.24 (quando for o caso), 5.1.6.25 e 5.1.6.31 (somente candidatos(a) militar da ativa ou reserva da 2ª categoria das Forças Armadas ou Auxiliares).
- 10.1.3 - Não realizar o pagamento da taxa de inscrição dentro do prazo limite estipulado no Cronograma Inicial de Atividades (Anexo “A”), se dela não estiver isento;
- 10.1.4 - Não apresentar os laudos dos exames, no todo ou em parte, por ocasião da Inspeção de Saúde e/ou da Inspeção de Saúde em Grau de Recurso;
- 10.1.5 - Não concluir a Inspeção de Saúde ou a Inspeção de Saúde em Grau de Recurso;
- 10.1.6 - incluir declarações/dados não verdadeiros durante a inscrição.
- 10.1.7 - Agir com incorreção ou descortesia, para com qualquer membro da equipe encarregada da aplicação das provas e testes;
- 10.1.8 - For surpreendido utilizando-se de meios não permitidos;
- 10.1.9 - For responsável por falsa identificação pessoal;
- 10.1.10 - Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do processo seletivo;
- 10.1.11 – Não comprovar o registro no respectivo conselho ou ordem de profissionais, quando candidato a cargo que exige qualificação profissional regulamentada por Lei;
- 10.1.12 - Receber pontuação 0 (zero) em todos os critérios de avaliação de uma mesma tarefa do EHIM;
- 10.1.13 - Ter sido licenciado conforme prescreve os incisos I, IV, V e VIII do artigo 169 da Portaria nº 046 - Departamento-Geral do Pessoal, de 27 de março de 2012 (Normas Técnicas para Inscrição, Seleção, Convocação, Distribuição e Prestação do Serviço Militar Temporário – EB30-N-30.009); e
- 10.1.14 - Não atender às prescrições do presente Aviso.

10.2 - Com o propósito de verificar se o candidato preenche os requisitos de idoneidade moral e de bons antecedentes de conduta para o ingresso no Exército Brasileiro, será feita uma verificação biográfica por meio de consultas às Secretarias de Segurança Pública Estaduais, às Superintendências Regionais do Departamento de Polícia Federal, dentre outros órgãos.

10.2.1 - A verificação biográfica poderá ser realizada ao final de cada Etapa do Processo Seletivo;

10.2.2 – Se, durante a verificação biográfica, for constatado que o (a) candidato (a) não preenche os requisitos de idoneidade moral e bons antecedentes de conduta, o (a) mesmo (a) será eliminado (a) do processo seletivo;

10.2.3 – Cabe ressaltar, que durante todo o processo seletivo, o candidato poderá ser eliminado se não atender aos requisitos de idoneidade moral e boa conduta.

11 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 – A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o processo seletivo contidas nos comunicados, neste edital e em outros a serem publicados.

11.2 - O candidato deverá assinar a lista de presença em todas as etapas do processo seletivo, de acordo com a assinatura constante do seu documento de identificação oficial com foto, sendo vedada apenas a rubrica;

11.3 - A divulgação oficial a respeito de datas, locais e horários de realização das etapas deste processo seletivo dar-se-á exclusivamente no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br.

11.4 - Para outras informações relevantes que porventura não constem neste Edital, o candidato deverá enviar solicitação pelo e-mail “ouvidoria11rm@11rm.eb.mil.br”, informando obrigatoriamente, os seguintes dados, sob pena de não ter a solicitação atendida:

11.4.1. – Nome completo;

11.4.2 – Número do CPF;

11.4.3 – Número de inscrição do candidato no processo seletivo (obrigatório apenas para quem já tenha finalizado a inscrição)

11.4.1.4 - Área de Interesse/Especialização para a qual está inscrito ou pretende se inscrever (conforme consta no Anexo “M” deste Edital e na própria Ficha de Inscrição Eletrônica);

11.4.1.5 – Informar o item ou subitem do Aviso de Seleção, objeto da solicitação de informação;

11.4.1.6 – Não serão atendidas solicitações por intermédio de ligações telefônicas ou por outro e-mail diferente do disponibilizado no item 11.4 e seus subitens.

11.5 - O Serviço Técnico Temporário, prestado sob a forma do Estágio Básico de Sargento Temporário (EBST) e das prorrogações de tempo de serviço subsequentes, não poderá ser cumulativo com qualquer cargo, emprego ou função pública, ainda que da administração pública indireta, exceto nos casos previstos em lei.

11.6 - O EBST inicia na data de incorporação constante do Anexo “A” e será realizado nas seguintes condições:

11.6.1 - **1ª Fase:** destinada a absorção de conhecimentos militares relativos à Instrução Individual Básica, com duração média de 45 (quarenta e cinco) dias, em Organização Militar do Exército Brasileiro, a ser designada em data oportuna; e

11.6.2 - **2ª Fase:** destinada à aplicação de conhecimentos técnico-profissionais e realizada nas Organizações Militares para as quais os estagiários tenham sido convocados.

11.7 - Em razão da natureza militar da atividade a ser desempenhada pelos convocados e consequente necessidade de capacidade física compatível, não serão reservadas vagas aos portadores de necessidades especiais, conforme o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

11.8 - O militar temporário do Exército poderá participar do processo seletivo. Para isso deverá:

11.8.1 - realizar a inscrição;

11.9 - Caso classificado em todas fases vier a ser chamado para incorporação, deverá:

11.9.1 – informar ao seu Comandante de OM;

11.9.2 – aguardar por parte da OM o seu licenciamento *ex officio*, de acordo com inciso X do Art 169 da Portaria nº 046-DGP, de 27 de março de 2012; e

11.9.3 – apresentar-se, como reservista, na OM indicada pela Região Militar, para sua reincorporação em uma das seguintes situações:

11.9.3.1 - Caso haja ascendência hierárquica em relação ao cargo ocupado anteriormente, a incorporação deverá ocorrer na segunda semana da 1ª Fase do respectivo Estágio.

11.9.3.2 - Caso não haja ascendência hierárquica em relação ao cargo ocupado anteriormente, a incorporação deverá ocorrer no início da primeira semana da 2ª Fase do respectivo Estágio.

11.10 - Os candidatos servidores ou empregados públicos de qualquer dos entes da Administração Pública direta, indireta, autarquia ou fundacional, deverão se desligar dos respectivos órgãos antes da data da incorporação (Anexo “A”).

11.11 - Não ficam assegurados aos militares incorporados o retorno ao emprego anterior quando do seu licenciamento, haja vista a voluntariedade da prestação do Serviço Técnico Temporário.

11.12 - Os Sargentos Técnicos Temporários são militares cuja permanência é transitória e, portanto, não podem adquirir estabilidade.

11.13 - Os Sargentos Técnicos Temporários estão sujeitos, no que for aplicável, a todas as leis e regulamentos militares.

11.14 - Os candidatos que forem convocados para o Estágio Básico de Sargento Temporário – (EBST) no Exército Brasileiro pelo prazo de 12 (doze) meses, poderão ter o tempo de serviço prorrogado sucessivamente, até o limite de 8 (oito) anos de serviço público ou até atingida a idade de 46 (quarenta e seis) anos, o que ocorrer primeiro, conforme legislação.

11.15 - Antes da incorporação, o candidato é submetido a uma revisão médica na OM designada pela RM para a realização da 1ª Fase do Estágio.

11.15.1 - No caso de detecção de alguma alteração clínica, que comprometa a incorporação, o candidato deve ser encaminhado ao Médico Perito da Guarnição (MPGu), visando à ratificação (ou retificação) do parecer anteriormente emitido e demais providências decorrentes.

11.15.2 - Mulheres gestantes não podem ser incorporadas para a realização dos Estágios devido às atividades militares a serem desenvolvidas.

11.16 - Os candidatos que não forem convocados para o Estágio Básico de Sargento Temporário deverão retirar os documentos entregues para seleção no Comando da 11ª Região Militar, conforme previsto no Anexo “A”.

11.17 - A seleção para o Estágio Básico de Sargento Temporário poderá ser revogada a qualquer momento, por conveniência administrativa.

11.18 - Quaisquer irregularidades nos documentos apresentados eliminarão o candidato do processo seletivo. Se identificadas posteriormente a incorporação, acarretarão na anulação da mesma. Assim sendo, verificada a irregularidade, os efeitos da inabilitação retroagirão à inscrição do candidato e o mesmo não fará jus a nenhum tipo de reparação. Os responsáveis pela irregularidade estarão sujeitos ainda às sanções administrativas, cíveis e penais.

11.19 - Os casos omissos serão analisados pelo Comandante da 11ª Região Militar e resolvidos com base na legislação vigente.

DOCUMENTO ORIGINAL ASSINADO E ARQUIVADO NA SSMR/11

Gen Bda RIYUZO IKEDA

Comandante da 11ª Região Militar

ANEXOS:

“A” - CRONOGRAMA INICIAL DE ATIVIDADES

“B” - DECLARAÇÃO DE VOLUNTARIADO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO POR UM PERÍODO MÍNIMO DE 12 (DOZE) MESES

“C” - DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO ANTERIOR

“D” - DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

“E” - DECLARAÇÃO DE RESIDENTE EM MUNICÍPIO DIVERSO DA SEDE DA OM DE INCORPORAÇÃO

“F” - DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

“G” - DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

“H” - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO DO ESTADO DE GRAVIDEZ

“I” - PARECER FAVORÁVEL DO COMANDANTE, CHEFE OU DIRETOR EM QUE SERVE PARA PARTICIPAÇÃO EM PROCESSO SELETIVO AO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO

“J” - REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

“K” - FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

“L” - PONTUAÇÃO GERAL DAS DIVERSAS ÁREAS DE INTERESSE

“M” - ÁREAS E HABILITAÇÕES TÉCNICAS DE INTERESSE PARA SELEÇÃO, POR GUARNIÇÃO

“N” - TABELA DE EQUIVALÊNCIA INSTRUMENTAL PARA INSCRIÇÃO

“O” - FICHA DE APLICAÇÃO DO EXAME DE HABILIDADE EM INSTRUMENTO MUSICAL (EHIM)

ANEXO “A”

CRONOGRAMA INICIAL DE ATIVIDADES

ETAPA I		
DATA	ATIVIDADE	OBSERVAÇÃO
24 AGO 16	-Divulgação do Processo Seletivo.	Veiculação na internet (www.11rm.eb.mil.br) e na Rádio Verde-Oliva.
1º a 12 SET 16	- Inscrição.	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM (www.11rm.eb.mil.br). As inscrições encerrar-se-ão em 12 de setembro de 2016, às 23:59 horas (horário de Brasília).
13 SET 16	- Data limite para entrada com pedido de isenção da taxa de inscrição.	Pessoalmente ou via SEDEX na Comissão de Seleção Especial para o Estágio Básico de Sargento Temporário Músico (CSE/EBST Mus), em Brasília-DF ou na Subcomissão de Guarnição (SCG/CSE/EBST Mus), conforme subitens 4.3.2.1 e 4.3.2.2 deste Aviso de Seleção.
14 SET 16	- Resultado dos pedidos de isenção da taxa de inscrição	Pela página da 11ª RM (www.11rm.eb.mil.br)
15 e 16 SET 16	- Período para interposição de recurso para o candidato que teve o seu requerimento de isenção da taxa de inscrição indeferido.	Pessoalmente ou via SEDEX na Comissão de Seleção Especial para o Estágio Básico de Sargento Temporário Músico (CSE/EBST Mus), em Brasília-DF ou na Subcomissão de Guarnição (SCG/CSE/EBST Mus), conforme subitens 4.3.2.1 e 4.3.2.2 deste Aviso de Seleção.
19 SET 16	- Divulgação do resultado dos recursos referentes aos pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos.	Pela página da 11ª RM (www.11rm.eb.mil.br)
20 SET 16	- Limite para pagamento da Taxa de Inscrição, inclusive para os candidatos que tiveram o pedido de isenção de taxa de inscrição indeferido.	Nas agências do Banco do Brasil, via GRU gerada pelo sistema.
22 SET 16	- Divulgação das inscrições homologadas	Pela página da 11ª RM (www.11rm.eb.mil.br)
23 SET 16	- Chamada para Validação Curricular.	Pela página da 11ª RM (www.11rm.eb.mil.br)
23 e 26 SET 16	- Período para interposição de recurso referente a inscrição não homologada.	Pessoalmente ou via SEDEX na Comissão de Seleção Especial para o Estágio Básico de Sargento Temporário Músico (CSE/EBST Mus), em Brasília-DF), conforme subitens 4.3.2.1 e 4.3.2.2 deste Aviso de Seleção.
28 SET 16	- Divulgação do resultado da análise dos Recursos referentes às Inscrições.	Pela página da 11ª RM (www.11rm.eb.mil.br)

ANEXO “A” - Continuação

ETAPA II		
DATA	ATIVIDADE	OBSERVAÇÃO
29 SET a 19 OUT 16	- Período de apresentação da documentação para validação curricular pelos candidatos chamados para a Etapa II. Obs: outros candidatos poderão ser eventualmente chamados, caso não haja número suficiente de candidatos com currículos validados dentre os chamados nesta Etapa.	O candidato deverá entregar pessoalmente, ou por intermédio de procurador legal , munido de instrumento de procuração particular com firma reconhecida em cartório e com o fim específico para inscrição neste certame, os documentos relacionados no item 5.1.6 e seus subitens, em data, hora e local constantes da chamada para entrega de currículos a ser divulgada no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br .
25 OUT 16	-Divulgação do resultado da Validação Curricular.	Pela página da 11ª RM (www.11rm.eb.mil.br)
26 e 27 OUT 16	-Entrada com pedido de Recurso da Validação Curricular.	No Protocolo-Geral do Batalhão da Guarda Presidencial (BGP), conforme item 9.5 deste Aviso de Seleção.
4 NOV 16	-Divulgação do resultado da análise do pedido de Recurso da Validação Curricular; - Chamada para a ETAPA III – Exame de Habilidade em Instrumento Musical (EHIM).	Pela página da 11ª RM (www.11rm.eb.mil.br)
ETAPA III		
8 a 10 NOV 16	Aplicação do Exame de Habilidade em Instrumento Musical (EHIM).	Nas Organizações Militares (OM) designadas, constantes da Chamada para o EHIM divulgada em 4 NOV 16.
11 NOV 16	Divulgação: - do resultado do Exame de Habilidade em Instrumento Musical (EHIM); e - Chamada para Etapa IV - Inspeção de Saúde dos candidatos aptos no EHIM	Pela página da 11ª RM (www.11rm.eb.mil.br)
14 e 16 NOV 16	Período de interposição de recurso referente ao resultado do EHIM	No Protocolo-Geral do Batalhão da Guarda Presidencial (BGP), conforme item 9.5 deste Aviso de Seleção.
18 NOV 16	- Divulgação do resultado dos recursos referentes ao EHIM - Chamada para Etapa IV – Inspeção de Saúde dos candidatos que tiveram seus recursos deferidos	Pela página da 11ª RM (www.11rm.eb.mil.br)

ANEXO “A” - Continuação

ETAPA IV		
DATA	ATIVIDADE	OBSERVAÇÃO
28 NOV a 14 DEZ 16	-Período de apresentação dos candidatos selecionados para Inspeção de Saúde (IS)	- O candidato deverá comparecer pessoalmente, em data, hora e local constantes da chamada para IS divulgada no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br portando os exames e laudos relacionados conforme item 8.5 e subitens , todos datados de no máximo 01 (um) mês de antecedência do dia previsto para a IS; - Comparecer no local da IS, trajando roupa de banho por baixo (sunga, biquíni ou maiô), a fim de permitir a adequada inspeção de saúde; - Na ocasião o candidato será informado se foi considerado apto ou inapto.
14 DEZ 16	-Divulgação do resultado da IS.	Pela página da 11ª RM (www.11rm.eb.mil.br)
15 e 16 DEZ 16	-Prazo para entrada de Recursos e de pedidos de Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR).	No Protocolo-Geral do Batalhão da Guarda Presidencial (BGP), conforme item 9.5 deste Aviso de Seleção.
19 DEZ 16	- Divulgação do resultado da análise do pedido de Recurso e chamada para a ISGR.	Pela página da 11ª RM (www.11rm.eb.mil.br)
9 a 12 JAN 17	- Realização da ISGR.	Na JISR. O candidato será informado se foi considerado apto ou inapto.
13 JAN 17	- Resultado da ISGR; e - Chamada dos candidatos selecionados para a ETAPA V.	Pela página da 11ª RM (www.11rm.eb.mil.br)
ETAPA V		
30 JAN a 10 FEV 17	-Exame de Aptidão Física (EAF).	Nos locais designados pela CSE/SvTT na página da 11ª RM
10 FEV 17	-Divulgação do resultado do EAF.	Pela página da 11ª RM (www.11rm.eb.mil.br)
13 e 14 FEV 17	-Entrada com pedido de Recurso quanto ao resultado do EAF.	No Protocolo-Geral do Batalhão da Guarda Presidencial (BGP), conforme item 9.5 deste Aviso de Seleção.
15 FEV 17	-Divulgação do resultado da análise do pedido de Recurso	Pela página da 11ª RM (www.11rm.eb.mil.br)

ANEXO “A” - Continuação

16 FEV 17	CONVOCAÇÃO PARA INCORPORAÇÃO	Pela página da 11ª RM (www.11rm.eb.mil.br)
21 a 24 FEV 17	MEDIDAS ADMINISTRATIVAS	Os candidatos deverão se apresentar na OM responsável pela 1ª Fase do EBST às 8h do dia 21 FEV 17
1º MAR 17	INCORPORAÇÃO E INÍCIO DA 1ª FASE DO ESTÁGIO BÁSICO DE SARGENTOS TEMPORÁRIOS (EBST)	Na OM responsável pela 1ª Fase do EBST
30 SET 17	Prazo para os candidatos que não forem convocados retirarem os documentos entregues para seleção. OS DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS SERÃO DESTRUÍDOS.	Na Seção do Serviço Militar Regional (SSMR/11).

ANEXO “B”

**DECLARAÇÃO DE VOLUNTARIADO E COMPROMISSO PARA
PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO POR UM PERÍODO
MÍNIMO DE 12 (DOZE) MESES**

Ao Sr Comandante da 11ª Região Militar

1. Eu, _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos _____ dias do mês _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____, residindo na cidade de _____ - _____, declaro que sou voluntário(a) para o Estágio do Serviço Técnico, pelo período de um ano, como oficial, na Guarnição Militar de _____, sujeitando-me, se for aceito(a), a todos os deveres e obrigações militares previstos na legislação em vigor, e conhecedor(a) que poderei obter, dependendo da existência de vaga, do interesse do Exército, do meu desempenho profissional e aptidão física, prorrogações anuais, não ultrapassando o período de 8 anos, contado, para isto, todo o tempo que tenho de serviço público.

2. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos arts. 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e art. 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar (CPM).

3. No caso de ser convocado(a), aceito servir em qualquer Organização Militar sediada na cidade de _____.

(Local e data)

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO “C”

**DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO ANTERIOR À
INCORPORAÇÃO/CONVOCAÇÃO**

1. Eu, _____ (nome completo),
Idt n° _____, CPF n° _____, nascido(a) aos ____ dias do mês
de _____ de _____, filho(a) de _____ e de
_____, declaro, sob as penas da lei, para fim de
comprovação junto à 11ª Região Militar, que, até esta data, possuo _____ anos, _____ meses e
_____ dias de tempo de serviço prestado a órgão público, seja ele da administração direta, indi-
reta, autárquica ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito
Federal, dos Territórios ou dos Municípios, anterior à minha incorporação ao Serviço Militar, que
possa ser averbado na contagem total de meu tempo de serviço.

2. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente
da responsabilidade criminal prevista nos arts. 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei n°
2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e art. 312 (falsidade) do Decreto-Lei n° 1.001,
de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar (CPM).

(Local e data)

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO “D”

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

1. Eu, _____ (nome completo), Idt n° _____, CPF n° _____, nascido(a) aos ____ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____, declaro, como candidato(a) no processo de seleção para o Estágio _____, na área da 11ª Região Militar, residir no endereço _____, cidade _____, UF _____, CEP _____, conforme comprovante juntado a esta declaração.

2. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos arts. 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e art. 312 (falsidade) do Decreto-Lei n° 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar (CPM).

(Local e data)

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO “E”

**DECLARAÇÃO DE RESIDENTE EM MUNICÍPIO DIVERSO DA SEDE DA OM DE
INCORPORAÇÃO**

Eu, _____ (nome completo), Idt
n° _____, CPF n° _____, nascido(a) aos ___ dias do mês de _____ de
_____, filho(a) de _____ e
de _____, declaro, como candidato(a) no processo de seleção
para o Estágio _____, na área da 11ª Região Militar, assumir
inteira responsabilidade em mudar de residência, por conta própria, para a cidade de
_____ – _____ (UF), caso venha a ser convocado(a), sem qualquer ônus
para o Exército.

(Local e data)

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO “F”

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

Eu, _____, residente à _____, portador da cédula de Identidade nº _____, declaro, sob as penas da Lei, para fins da administração militar, estar ciente dos Art. 311, 312 e 315 do Código Penal Militar (Decreto Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969), e sob minha e total responsabilidade, de que todos os documentos apresentados, para efeito deste Aviso de Seleção, são autênticos.

(Local e data)

(Assinatura da declarante)

Nome completo da declarante

**RECONHECER
FIRMA**

Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969)

Art. 311 – Falsificar, no todo ou em parte, documento público ou particular, ou alterar documento verdadeiro, desde que o fato atente contra a administração ou serviço militar – Pena sendo documento público, reclusão de dois a seis anos; sendo documento particular pena de até cinco anos, podendo ser agravada.

Art. 312 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou adversa da que devia ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar – Pena reclusão, até cinco anos se o documento é público; até três anos se o documento é particular.

Art. 315 – Fazer uso de qualquer dos documentos falsificados ou alterados por outrem, a que se referem os artigos anteriores – Pena a cominada à falsificação ou a alteração.

ANEXO “G”

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

1. Eu, _____ (nome completo), Idt n° _____, CPF n° _____, nascido(a) aos ____ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____, declaro, sob as penas da lei,

para fim de comprovação junto à 11ª Região Militar, que não estarei, na data prevista para a minha incorporação ao Exército, caso esta ocorra, investido(a) em cargo público, seja ele da administração direta, indireta, autárquica ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios ou dos Municípios.

2. Tenho plena ciência que, caso incorporado(a) ao Exército e venha a exercer qualquer função pública acima especificada, simultaneamente à que ora pleiteio, serei licenciado(a) imediatamente das fileiras do Exército, por ferir o disposto no art. 142, § 3º, inciso II, da Constituição Federal.

3. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos arts. 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e art. 312 (falsidade) do Decreto-Lei n° 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar (CPM).

(Local e data)

(Assinatura da declarante)

Nome completo da declarante

ANEXO “H”

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO DO ESTADO DE GRAVIDEZ

Eu, _____ (nome completo),
Idt n° _____, CPF n° _____, nascida aos ___ dias do mês de _____
de _____, filha de _____ e de _____,
declaro, para efeito do processo
de seleção ao Estágio _____, que fui alertada e tomei ciência de
que:

a. o estado de gravidez não impossibilita a minha participação nesse processo, entretanto impede a incorporação para o estágio acima, em virtude dos riscos decorrentes do exame de aptidão física e das atividades militares a serem desenvolvidas, posteriormente, na prestação do Serviço Militar Temporário; e

b. sou responsável por comunicar, o mais rápido possível, **e por escrito**, o meu estado de gravidez à autoridade militar competente.

(Local e data)

(Assinatura da declarante)

Nome completo da declarante

ANEXO “I”

PARECER DO COMANDANTE DA ORGANIZAÇÃO MILITAR

Declaro, junto ao Comando da 11ª Região Militar, que o(a) _____
(posto graduação) _____ (nome
completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos _____ dias do mês de
_____ de _____, filho(a) de
_____ e de
_____, ocupa o cargo de
_____ e não possui em seus assentamentos nada que desabone a sua con-
duta militar e que, por isso, possui parecer favorável deste Comando para participação no processo
de seleção/20__ ao Estágio _____.

(Local e data)

(Assinatura do Cmt/Ch/Dir OM)

Nome e posto do Cmt/Ch/Dir OM

(e Carimbo da OM)

ANEXO “J”

REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Exmo Sr Comandante da 11ª Região Militar

OBJETO : isenção da taxa de inscrição

Sr Comandante

1. Eu _____, filho de _____ e _____, nascido na cidade de _____, em _____ (por extenso), identidade nº _____, expedida pelo _____, vem requerer a V Exa isenção da taxa de inscrição do processo seletivo para o Serviço Técnico Temporário no ano de 20__.

2. Declaro, sob as penas da lei, para fim de comprovação junto à 11ª Região Militar, que me enquadro na situação prevista no item 5, número 18, do Aviso de Seleção para a seleção ao Serviço Militar temporário de oficial/sargento técnico temporário 2014/2015.

3. Tal solicitação encontra amparo no art. 11, da Lei N° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto N° 6.593, de 2 de outubro de 2008.

4. É a _____ (1ª, 2ª, ...) vez que requer.

5. Anexos: (informar os documentos comprobatórios que estão sendo remetidos).

_____, ____ de _____ de 20__.

NOME:

ANEXO “L”

PONTUAÇÃO GERAL DAS DIVERSAS ÁREAS DE INTERESSE

Atividades/Diplomas/Cursos/Publicações	Pontuação Atribuída
1. Habilitação mínima exigida:	
Diploma de Nível Médio	1,0
2 - Habilitação substitutiva à Mínima Exigida (Não cumulativo com a pontuação prevista nos itens “1” e “3” deste Anexo)	
Curso Superior na Área para a qual se inscreveu (Não sendo possível acumular com a pontuação prevista na letra “d” do item “3” deste Anexo)	2,5
3. Títulos/graus/diplomas	
a. doutor. Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> (no máximo 3 títulos de Doutor)	10,0 por diploma
b. mestre. Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> (no máximo 3 títulos de Mestre)	8,0 por diploma
c. especialização (mínimo de 360 horas). Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> (no máximo 3 títulos de Especialização)	3,0 por diploma
e. graduação em curso de Nível Superior na área para a qual se inscreveu (desde que não seja o mesmo diploma informado na Habilitação Mínima Exigida e na Substitutiva à Mínima Exigida, prevista no item “ 2” deste Anexo.	2,5
e. técnico (cursos com carga horária de, no mínimo, 800 horas, previstos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação (http://catalogonct.mec.gov.br/))	2,0 por diploma
4. Cursos/Estágios	
a. aperfeiçoamento (cursos com carga horária de, no mínimo, 120 horas (máximo de 3 cursos)	1,0 por diploma
b. duração igual ou superior a 80 horas e inferior a 120 horas (máximo de 3 cursos).	0,5 por diploma
c. duração igual ou superior a 40 horas e inferior a 80 horas (máximo de 3 cursos).	0,2 por diploma
d. duração igual ou superior a 30 horas e inferior a 40 horas (máximo de 3 cursos).	0,1 por diploma

ANEXO “L” - Continuação

Atividades/Diplomas/Cursos/Publicações	Pontuação Atribuída
5. Publicações técnicas	
a. livro (máximo de 3)	2,0 por livro publicado
b. artigo publicado em revistas especializadas (máximo de 3)	1,0 por artigo publicado
c. artigo em periódicos e revistas não especializadas (máximo de 3)	0,5 por artigo publicado
6. Exercício de atividade profissional/Atividades exercidas na área de ensino <i>(ATENÇÃO: O período trabalhado inferior a 30 dias não será pontuado)</i>	
a. no meio civil.	2,0 pontos por ano completo ou proporcional ao número de meses trabalhados.
b. no meio militar.	2,5 pontos por ano completo ou proporcional ao número de meses trabalhados.
c. professor de classe que exija título de doutor (normalmente designado titular, associado, adjunto ou substituto de qualquer dessas classes).	2,0 pontos por ano completo ou proporcional ao número de meses trabalhados.
d. professor de classe que exija grau de mestre ou graduação em curso superior (normalmente designado assistente, auxiliar ou substituto de qualquer dessas classes).	2,0 pontos por ano completo ou proporcional ao número de meses trabalhados.
e. professor/professor assistente.	2,0 pontos por ano completo ou proporcional ao número de meses trabalhados.
7. Outras pontuações:	
monitor.	0,5 por Instituição de Ensino Superior, por ano letivo.

ANEXO “M”

ÁREAS E HABILITAÇÕES TÉCNICAS DE INTERESSE

Para o Estágio Básico de Sargento Temporário (EBST), poderão se cadastrar militares temporários da ativa (praças), reservistas de 1ª e 2ª categorias, cidadãos dispensados de prestar o Serviço Militar Inicial (possuidores de Certificado de Dispensa de Incorporação – CDI) e mulheres, todos voluntários, possuidores dos cursos de ensino superior (Bacharel ou Tecnólogo) nas áreas abaixo descritas:

GUARNIÇÃO	ÁREA DE INTERESSE	NAIPE
Brasília-DF	Técnico em Instrumento Musical	Clarineta
		Bombardino
		Bombo
		Oboé
		Fagote
		Flauta
		Gaite de Fole
		Lira
		Saxofone
		Tarol
		Trombone
		Trompa
		Trompete
Tuba		
Cristalina-GO	Técnico em instrumento Musical	Clarineta
		Trompete

Observações:

Conforme a Portaria nº 171-DGP, de 8 de julho de 2009 (Áreas e Habilitações Técnicas de Interesse do Exército Destinadas a Oficiais e Sargentos do Serviço Técnico Temporário – SvTT).

ANEXO “N”

TABELA DE EQUIVALÊNCIA INSTRUMENTAL PARA INSCRIÇÃO

O candidato deverá inscrever-se para o NAIPE correspondente ao seu instrumento musical, conforme se segue:

LINHA DE ACESSO	NAIPE	INSTRUMENTOS DE ACESSO
1 (Palhetas)	CLARINETA	Clarinetas Piccolo em Mib
		Clarinetas Soprano em Sib
		Clarinetas Alto em Mib
		Clarinetas Baixo em Sib
		Clarinetas Contrabaixo em Mib
	FAGOTE	Fagote em Dó
		Contrafagote em Dó
	FLAUTA	Flauta em Dó
		Flautim em Dó
	GAITA DE FOLE	Gaita de Fole
	OBOÉ	Oboé em Dó
		Corne Inglês em Fá
		Saxofone Soprano em Sib
	SAXOFONE	Saxofone Alto em Mib
		Saxofone Tenor em Sib
Saxofone Barítono em Mib		
Saxofone Baixo em Sib		
Saxhorne Barítono em Sib		
2 (Metais)	BOMBARDINO	Saxhorne Baixo em Sib
		Trombone Tenor em Sib
	TROMBONE	Trombone Baixo em Sib
		TROMPA
	TROMPETE	Trompete em Mib ou Sib
		Cornetim em Sib
		Fluegelhorne em Sib
	TUBA	Tuba em Mib ou Sib

ANEXO “N” - continuação

TABELA DE EQUIVALÊNCIA INSTRUMENTAL PARA INSCRIÇÃO

LINHA DE ACESSO	NAIPE	INSTRUMENTOS DE ACESSO
3 (Percussão)	BOMBO	Bombo
		Pratos
		Tímpanos
	LIRA	Vibrafone
		Xilofone
	TAROL	Caixa Surda
		Tarol

ANEXO “O”
EXAME DE HABILIDADE EM INSTRUMENTO MUSICAL (EHIM)

Nome completo				
Cod Inscrição		Instrumento		
Data do EHIM		Hora início	Hora término	

Esta ficha destina-se à Comissão de Aplicação e Fiscalização do Exame de Habilidade em Instrumento Musical (CAF/EHIM), para avaliação das tarefas do EHIM executadas pelo candidato inscrito no Processo Seletivo para a contratação de Sargento Técnico Temporário da área de Música:

TAREFAS		LEITURA (0 a 4 pts)	TÉCNICA (0 a 4 pts)	INTERPRETAÇÃO (0 a 2 pts)	TOTAL
T _{1-A}	Execução de escalas ascendentes e descendentes, até 5 sustenidos e 5 bemóis.				
T _{1-B}	Execução de rufo até 5 (cinco) compassos ligados (somente Bombo, Tímpanos e Pratos)				
T ₂	Execução de um estudo de método que contenha ornamentos de até três notas, dentre três apresentados pelo candidato.				
T ₃	Execução de um estudo de método, do instrumento do candidato, a critério da comissão.				
T ₄	Execução de uma marcha militar em compasso 6/8, em 1ª parte, do instrumento do candidato.				
T ₅	Execução do Hino Nacional Brasileiro, em 1ª parte do instrumento do candidato.				

Pontuação Final (PF/EHIM)

1) A pontuação final do EHIM (PF/EHIM) será obtida pela média aritmética do total de pontos obtidos em cada tarefa, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PF/EHIM = \frac{(PT_{1-A}) \text{ ou } (PT_{1-B}) + PT_2 + PT_3 + PT_4 + PT_5}{5}$$

2) Para aprovação no EHIM, é necessário obter, no mínimo, a PF/EHIM igual ou maior que 5 (cinco) pontos.

3) O candidato que receber pontuação 0 (zero) em todos os critérios de avaliação de uma mesma tarefa, será eliminado.

_____ - _____, ____ de _____ de 20 ____.

_____ (nome completo – identidade do candidato)	
_____ (nome completo – posto do Pres CAF/EHIM)	_____ (nome completo – posto do Membro CAF/EHIM)

